



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

MINUTA

CONTRATO Nº XXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11109.000662/2025–CPL/PMSL
EMPENHO Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, POR MEIO DA CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, COMO CONTRATANTE, E A XXXXXX, COMO CONTRATADA, PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ sob nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, com sede na Av. dos Holandeses, quadra 36, lote 1 a 14, bairro Quintas do Calhau, São Luís/MA - CEP 65071-380, neste ato representada pela Presidente da Central Permanente de Licitação, a Sra. Silvana Carla Costa dos Santos, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXX, neste ato representada por seu sócio, **Sr. XXXXX**, inscrito no CPF nº. XXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente Contrato Nº _____, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº **11109.000662/2025– CPL/PMSL**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº. 62.276/2026, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II, LEI Nº 14.133/2021).

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e operacionais para a realização de eventos institucionais, protocolos, internos e externos, de interesse da Prefeitura Municipal de São Luís – MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

1.2 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

1.2.2 – O Edital de Licitação;

1.2.3 – A Proposta do Contratado;

1.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

1.3 - O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do Processo Administrativo nº **11109.000662/2025**, oriundo do Pregão Eletrônico, com fundamento no Decreto Municipal nº 62.276/2026, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021).

2.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXX (XXXXXX)**, em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, fretes, transporte, despesas administrativas e quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações assumidas, não sendo devido à Contratada qualquer valor adicional além do pactuado, salvo previsão legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 92, VII, LEI Nº 14.133/2021).

3.1. Tratando-se de contratação de natureza continuada, a vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa da autoridade competente, interesse da Administração e previsão no respectivo processo.

3.2. A eficácia contratual estará condicionada à publicação do extrato do contrato na imprensa oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.3. O contrato poderá detalhar, quando couber, regras específicas aplicáveis à sua vigência e prorrogação, conforme as peculiaridades do objeto e da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO (art. 92, XII, LEI Nº 14.133/2021).



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

4.1 Será exigida garantia contratual, a ser prestada pela contratada, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da obrigatoriedade de garantia dos produtos e serviços fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 92, IV, VII e XVIII, LEI Nº 14.133/2021).

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pelo órgão contratante, nos termos dos artigos 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à CONTRATADA fornecer todas as informações e documentos solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

5.1.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme programação definida pela CONTRATANTE, mediante envio da ordem de serviço, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, respeitando o escopo e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

5.1.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da efetiva execução dos serviços prestados, mediante relatório de execução ou documento equivalente atestado pelo fiscal do contrato.

5.1.4. A simples realização dos serviços não implica em sua aceitação definitiva, a qual somente ocorrerá após verificação formal de conformidade, realizada pelo fiscal designado, considerando-se os padrões de qualidade, pontualidade, adequação técnica e atendimento às condições pactuadas.

5.1.5. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e operacionais exigidas neste Termo de Referência ou com qualidade inferior à contratada. Irregularidades ou deficiências deverão ser corrigidas às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades legais.

5.1.6. Em caso de impossibilidade ou impedimento justificado para a execução dos serviços conforme programação prevista, a CONTRATADA deverá comunicar previamente à CONTRATANTE, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sujeita à análise e anuência da Administração.

5.1.7. Todos os custos referentes à correção ou repetição de serviços executados de forma inadequada, inclusive eventual substituição de pessoal ou materiais, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.1.8. A inexecução parcial ou total do objeto, a prestação inadequada dos serviços ou o descumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil da contratada pelos danos eventualmente causados.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

5.1.9. Os serviços somente serão considerados concluídos após aprovação expressa da CONTRATANTE, mediante atesto do fiscal do contrato, observadas as exigências técnicas e administrativas estabelecidas.

5.1.10. O objeto estará sujeito à aceitação pela CONTRATANTE, reservando-se o direito de recusar caso não esteja de acordo com as especificações determinadas no instrumento contratual. Em caso de não aceitação, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até duas horas antes do horário de início dos eventos, sob pena de incidência nas sanções previstas.

5.2. Entrega e prazo de entrega

5.2.1. Os serviços deverão ser prestados conforme cronograma previamente definido pela Administração, de acordo com a programação oficial dos eventos institucionais, os quais ocorrerão em diversos ambientes de órgãos públicos do Município de São Luís/MA, cujos endereços serão discriminados nas respectivas Ordens de Serviço.

5.2.2. O prazo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo órgão responsável, e a duração de cada execução será definida conforme a complexidade e o escopo do evento programado, respeitando os prazos e condições acordadas contratualmente.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII, LEI Nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. Fiscalização:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa:

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.9. Gestor do Contrato:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

6.9.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.9.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviços, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.10. Glosas:

6.10.1. Caso sejam identificadas irregularidades na contratação, como a entrega fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência ou na proposta da contratada, a Administração poderá proceder com glosas, descontando os valores correspondentes ao fornecimento não executado ou executado de forma inadequada, conforme os seguintes critérios:

- a) Falha na execução do serviço em conformidade com as especificações;
- b) Atrasos injustificados no cumprimento do cronograma de execução;
- c) Qualquer outro motivo devidamente justificado e previsto no contrato que comprometa a qualidade, segurança ou eficiência do objeto contratado.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

6.11. Casos de Rescisão Contratual:

6.11.1. O contrato poderá ser rescindido por parte da Administração, conforme os fundamentos previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, inclusive nas seguintes hipóteses:

- a) Interesse público devidamente justificado;
- b) Inexecução total ou parcial do contrato;
- c) Descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA;
- e) Paralisação injustificada da execução do objeto;
- f) Prática de infrações administrativas ou atos ilícitos.

6.11.2. A CONTRATADA poderá solicitar rescisão, caso a Administração não cumpra com as obrigações de pagamento ou outras condições essenciais para a execução do contrato.

6.11.3. Nos casos de rescisão contratual, a parte responsável deverá formalizar a decisão por escrito, indicando as causas e as consequências da rescisão, com prazo para regularização, se aplicável.

6.11.4. O procedimento será iniciado com a notificação formal, com a concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa, caso necessário.

6.12. Avaliação dos resultados e pagamento:

6.12.1 O pagamento pela contratação será efetuado com base na avaliação dos resultados atingidos, conforme a execução dos serviços e as metas estabelecidas no contrato.

6.12.2. Para a contratação realizada, o fiscal do contrato realizará uma avaliação de conformidade, que incluirá a verificação dos seguintes pontos:

- a) Qualidade dos serviços realizados, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA;
- b) Prazos de execução, conforme cronograma estabelecido;
- c) Atendimento a normas e regulamentos específicos para a execução da contratação.

6.12.3. Caso a contratação não atenda a qualquer um desses critérios, será glosado o valor correspondente, conforme as cláusulas do contrato. O pagamento será liberado somente após a verificação de conformidade.

6.12.4. Para a aferição, o fiscal do contrato poderá utilizar os seguintes métodos de verificação:

- a) Inspeções visuais;
- b) Relatórios de acompanhamento das etapas de execução;
- c) Testes e provas de qualidade, se necessário;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

d) Laudos técnicos que atestem a conformidade com as especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO (art. 92, VI, LEI Nº 14.133/2021)

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021)

8.1. O pagamento será realizado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal designado, que deverá comprovar a disponibilidade da contratação.

8.2. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega, após a devida comprovação da execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico.

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
 - b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- ou



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução da contratação, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta comprovar tal situação em cada solicitação de pagamento, por meio da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal / Fatura discriminatória, devidamente atestada;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, referente à SEDE DA CONTRATADA;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho.

8.5. Caso a Nota Fiscal/Fatura não seja aprovada pela CONTRATANTE, esta será devolvida à CONTRATADA com as devidas informações que motivaram sua rejeição, para que sejam realizadas as correções necessárias, reiniciando-se o prazo estabelecido para pagamento.

8.6. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, na ocorrência de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

8.8. Ocorrerá a adequação do pagamento devido a contratada, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Realização dos Serviços.

8.9. A CONTRATADA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

$I = (TX) I = (6/100) / 3651 = 0.00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.11. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

8.12. Forma de pagamento:

8.12.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.12.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for emitida.

8.12.3. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme previsto na legislação aplicável.

8.12.4. Independentemente do percentual de tributo especificado na planilha, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

8.12.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.12.6. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial/total.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE (art. 92, V, LEI Nº 14.133/2021)

9.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta vencedora ou da data do orçamento estimado, conforme previsto no edital, observando-se o disposto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Após o interregno de um ano, à pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice amplamente utilizado em contratos de aquisição e fornecimento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão CONTRATANTE, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.13. O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, LEI Nº 14.133/2021)

10.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de São Luís/MA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO:	
---------------	--



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

UNIDADE:	
PROGRAMA:	
AÇÃO:	
CATEGORIA ECONÔMICA:	
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA:	
MODALIDADE DE APLICAÇÃO:	
ELEMENTO DE DESPESA:	
FONTE DE RECURSO:	
FICHA:	

10.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XI, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

11.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Central Permanente de Licitação, obriga-se a:

11.1.1. Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Serviço quando de eventuais e futuras contratações.

11.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.3. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para o adequado planejamento e execução dos serviços, bem como acesso aos locais de realização dos eventos, quando aplicável.

11.1.4. Analisar e atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, após verificação da conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

11.1.5. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer falha, irregularidade ou não conformidade verificada na execução dos serviços, solicitando sua correção no prazo estipulado.

11.1.6. Garantir à CONTRATADA as condições adequadas para a prestação dos serviços, dentro dos limites de sua responsabilidade institucional, inclusive no que se refere à liberação de espaços, quando aplicável.

11.1.7. Prestar os esclarecimentos técnicos e administrativos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que sejam indispensáveis para a correta execução do objeto contratual.

11.1.8. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme estabelecido no contrato, na legislação aplicável e neste Termo de Referência.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

11.1.9. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA, comunicando formalmente qualquer irregularidade identificada.

11.1.10. Efetuar o pagamento dos serviços devidamente executados, conforme condições, prazos e critérios estabelecidos no contrato, após atesto da fiscalização.

11.1.11. Promover, quando necessário, reuniões de alinhamento com a CONTRATADA, com o objetivo de garantir a plena execução dos serviços conforme os objetivos institucionais.

11.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato Administrativo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1.13. À contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições do contrato;

11.1.14. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza da contratação;

11.1.15. Comunicar por escrito à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

11.1.16. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto;

11.1.17. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e forem solicitados.

11.1.18. Aprovar os equipamentos, desde que atendidas às especificações previstas neste Termo de Referência;

11.1.19. Efetuar o cotejo entre a fatura apresentada, a solicitação da contratação e os demais documentos;

11.1.20. Efetuar o pagamento devido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e no Contrato, dentro do prazo estipulado;

11.1.21. A contratante não é obrigada a solicitar todos os itens do contrato, uma vez que a demanda está sujeita às necessidades da contratação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

11.1.22. Exercer os demais direitos previstos na Lei nº 14.133/2021, no contrato administrativo e nos normativos aplicáveis.

11.1.23. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela contratada deverão ser respondidos pela Administração no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do pedido devidamente instruído, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XV e XVI, LEI Nº 14.133/2021)

12.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para prestação dos serviços técnicos-operacionais de apoio à realização de eventos institucionais, a CONTRATADA obriga-se a:

12.1.2. A licitante detentora dos lotes 01 e 04 (Estrutura e Sonorização/Iluminação), deverá manter, durante toda a execução do contrato, profissional devidamente habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto), com registro ativo no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU), para assumir a responsabilidade técnica pelo projeto, montagem, manutenção e estabilidade das estruturas utilizadas nos eventos (palcos, tendas, arquibancadas, pórticos e similares).

12.1.3. Apresentar, para cada evento que demande a montagem de estruturas, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente quitada, previamente ao início da montagem.

12.1.4. Garantir que a documentação técnica citada no item anterior esteja apta para a emissão de laudos de conformidade e para a obtenção do alvará de autorização junto ao Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos de fiscalização urbana.

12.1.5. Assumir exclusiva responsabilidade para que todas as estruturas montadas suportem as cargas previstas e ofereçam total segurança ao público e aos operadores, respondendo civil e criminalmente por quaisquer danos decorrentes de falhas na montagem ou instabilidade estrutural.

12.1.6. A licitante detentora do Lote 02 deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da primeira Ordem de Serviço, que possui em seu quadro técnico, ou contratado para este fim, profissional devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), que atuará como Responsável Técnico (RT) pela supervisão e controle de qualidade dos alimentos fornecidos.

12.1.7. A comprovação de vínculo do profissional com a empresa poderá ser feita mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de empregado, ou declaração de disponibilidade, nos termos da jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

12.1.8. Todos os serviços de alimentação deverão seguir rigorosamente as normas da RDC nº 216/2004 da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

12.1.9. Executar integralmente os serviços contratados, limitados ao escopo do lote adjudicado, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, observando as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

- 12.1.10. Disponibilizar equipe capacitada, uniformizada e devidamente identificada, com experiência comprovada na execução dos serviços contratados, inclusive no manuseio de equipamentos técnicos (som, imagem, iluminação, etc.), quando aplicável.
- 12.1.11. Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados.
- 12.1.12. Apresentar à CONTRATANTE os dados bancários (Banco, Agência e Conta Corrente) para efeito de crédito de pagamento das obrigações.
- 12.1.13. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de regularidade e habilitação exigidas neste instrumento.
- 12.1.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 12.1.15. Cumprir rigorosamente os prazos e cronogramas definidos pela CONTRATANTE, garantindo a entrega, montagem, execução, apoio técnico, manutenção e desmontagem dos serviços de forma tempestiva.
- 12.1.16. Estar apta a iniciar a prestação dos serviços discriminados na Ordem de Serviço imediatamente a partir da sua emissão ou conforme prazo nela estipulado.
- 12.1.17. Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados e apresentá-la à CONTRATANTE para o devido ateste e posterior pagamento.
- 12.1.18. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração de endereço, telefone ou e-mail de contato.
- 12.1.19. Indicar preposto para representá-la perante a Administração durante a execução do Contrato.
- 12.1.20. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 12.1.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 12.1.22. Não subcontratar ou transferir a terceiros a execução do objeto, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- 12.1.23. Adotar práticas sustentáveis, observando as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), garantindo o descarte adequado de resíduos decorrentes da montagem e realização dos eventos.
- 12.1.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, LEI Nº 14.133/2021)

13.1. O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, desde que o faça de maneira formal, motivada e assegure o contraditório e ampla defesa, nas hipóteses previstas abaixo, quando a CONTRATADA incidir nas seguintes situações (art. 137, Lei nº. 14.133/2021):



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

13.1.1. Não atender as determinações regulares emitidas pelos servidores designados para acompanhar e fiscalizar o contrato;

13.1.2. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o contrato;

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva do contrato.

13.1.4. Decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do(s) sócio(s) da CONTRATADA;

13.1.5. Na hipótese de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

13.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos, conforme previsto em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou para aprendizes.

13.1.8. O termo de extinção do contrato, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indicação de eventuais indenizações e multas aplicáveis.

13.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

13.2.1. Supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125, Lei nº 14.133/21;

13.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

13.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas desmobilizações e mobilizações contratualmente imprevistas, além de outras previstas;

13.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da entrega da nota fiscal, desde que o fato não resulte de ações ou omissões da CONTRATADA.

13.3. A extinção do contrato poderá ser:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

13.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto em caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- i) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV. Multa:



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

- a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida,
- b) até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou suplementação.

a.1. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

b. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/ 2021).

14.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

14.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com o objetivo de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo que mantenha relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA. Em todas essas hipóteses, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. A CONTRATANTE, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme o disposto no art. 161, da Lei nº 14.133/2021.

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser reabilitadas na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.12. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritas em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pela Administração, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, restrita às atividades de fornecimento de insumos e montagem de infraestrutura, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que a responsabilidade integral pela execução, coordenação e supervisão geral dos serviços permanecerá com a contratada, sendo vedada a transferência de sua atividade-fim, consistente na organização e gestão dos eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja”, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Luís/MA, ____de____2026.

Silvana Carla Costa dos Santos
Presidente da CPL
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
Sócio Administrador
XXXXXXXX – Nome da Empresa
CONTRATADA



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APE

TESTEMUNHA:
CPF Nº

TESTEMUNHA:
CPF Nº:

MARCELLA
ABDALLA
COSTA:9586441539
1

Assinado de forma
digital por MARCELLA
ABDALLA
COSTA:95864415391